

Evolução social

19-12-943

Lágrimas, destruição e morte não são os efeitos únicos da guerra. Por via de regra, o sangue derramado nos campos de batalha argamassam ali-cercos de novas construções sociais. Foi assim em 1918. Será também assim quando esta guerra findar.

A evolução social que vai operar-se em todos os países quando soar a trombeta da paz, terá inevitavelmente por base uma noção mais precisa da solidariedade nacional e conceitos mais humanos sobre o trabalho e a propriedade.

Há-de haver por certo quem espere muito mais, e até quem pretenda aproveitar da natural confusão para tentar construir cidades utópicas. Ai porém dos povos que, na hora da crise, não tiverem à sua frente autoridades fortes para não deixar confundir, e inteligentes para saber evoluir.

Embora a história dos antigos povos nos ponha em evidência a clara noção em que era tida a solidariedade da vida humana, e a doutrina cristã tenha assentado sempre na idéia mestra da mútua dependência, foi preciso que Adam Smith «descobrisse» a instituição natural da divisão do trabalho, para que o problema voltasse a ser considerado. Foi-o no entanto em teoria apenas, e dos livros não passou à vida prática. Solidários em tese, inimigos em hipótese. E assim temos andado.

Pena é que tivesse sido precisa uma guerra total como esta, para que os homens compreendessem que não se pode viver isoladamente e que somos todos devedores uns dos outros, como já o afirmava S. Paulo, há quasi dois mil anos.

Mas a guerra veio, e já fez esse milagre. Com efeito, enquanto que noutras guerras se batiam apenas os soldados e se fazia nitida distinção entre civis e combatentes, já nesta se afirma não haver população civil. Todos se batem, todos sofrem, todos colaboram na guerra. A frente da batalha está em toda a parte: nas linhas avançadas e nas fábricas de material de guerra, como nas searas e hortas, nas estradas, nos escritórios ou em nossas casas. Se a retaguarda se não aguenta sem a frente, a frente não combaterá sem a retaguarda. Morre-se mais depressa pela Pátria a milhares de quilômetros das trincheiras, do que num «tanque» a vomitar fogo, a dois passos do inimigo. Se outrora só havia ruínas na frente, já hoje as cidades da retaguarda são montões de destroços. As batalhas ganham-se hoje muito melhor com altos fornos, do que com exércitos bem treinados e aguerridos.

É natural que o mesmo vínculo de solidariedade que a todos une nas horas sombrias em que é preciso agüentar o abalado edificio nacional, não possa quebrar-se nas horas de esperança em que vai ser forçoso iniciar a obra de paz.

Irmãos no sofrimento, no luto e na dor, e dependentes no esforço da ansiada vitória, ninguém poderá compreender também que se voltem a reparar e a lutar na produção da riqueza nacional e na sua justa repartição.

Até hoje era tido como coisa natural que os lucros duma empresa pertencessem apenas ao empresário, como se não tivessem sido fruto da colaboração de muitos esforços: o operário, as empresas produtoras de força motriz, os transportes, a policia e uma infinidade de colaboradores desconhecidos mas reais que tornaram possível a regular fabricação do pro-

duto, a sua segurança, deslocação, propaganda, e a sua venda ao público. Mas ninguém aceitaria que, por exemplo, numa cidade devastada, aqueles que tiveram a sorte de conservar as suas casas de pé, não só nada tivessem de suportar, mas ainda pudessem enriquecer no aluguer ou venda da casa poupada, muito mais valiosa, só porque as outras ruíram. E no entanto o principio que nos leva a reprovar este lucro é o mesmo que nos vai forçar a não admitir tão simplista e ingenuamente o outro. Mas este raciocínio tornou-se claro porque a guerra e a solidariedade que ela gerou nos forçam a reconhecer que a comunidade de destinos nas batalhas só pode explicar-se pela comunidade de interesses na paz.

Por outro lado sempre foi tido como justo que a Nação indemnizasse os combatentes do perigo a que estão expostos, e os prejudicados pelos danos sofridos em suas pessoas, família ou bens. Era o soldo da tropa, as pensões de sangue, as indemnizações por destruição da propriedade. Mas como remunerar hoje os combatentes, se todos, mais ou menos passaram a sê-lo? Quem terá direito a pensão de sangue, se na retaguarda se ficou também ferido, ou morreu? Como recompensar os prejudicados, se as ruínas se espalham por toda a parte? E quem suportará os encargos da reconstrução das ruínas?

As trágicas conseqüências da guerra não-de levar inevitavelmente a uma revisão do conceito de propriedade, como já levaram a idéias precisas sobre a solidariedade nacional e valor social do trabalho.

E esta revisão levará fatalmente a uma organização mais perfeita da vida colectiva, sem a qual não poderá o Estado desempenhar a função que lhe é própria de supremo representante do interesse comum e árbitro forçado da justiça social.

Mas que a paz nos traga ao menos a Justiça, já que sem Justiça não pode nunca haver paz.

ABEL VARZIM

667

I
s
s
n
p
p
is
p
r
g
a
d
M
-A
pi
m
vo
to